

CNJ cria programa para negros e indígenas por Judiciário mais diverso

Iniciativa do conselho concede bolsas em cursos preparatórios para exame da magistratura e concursos

José Marques

BRASÍLIA Em meio a cobranças pelo aumento de diversidade no Judiciário, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) lançou nesta terça-feira (20) um programa de concessão de bolsas para pessoas negras e indígenas em cursos preparatórios para provas da magistratura. A ideia é que sejam concedidas bolsas de estudo em cursos para o Exame Nacional da Magistratura e para concursos públicos de ingresso em cargos do Judiciário. Além disso, haverá uma "bolsa de manutenção" de R\$ 3.000 por dois anos, para auxiliar os beneficiados no custeio de aquisição de material bibliográfico, de cursos mais específicos para as provas, além de alimentação, transporte e moradia. Os cursos para a bolsa de manutenção deverão ser pagos por meio da iniciativa privada e não haverá uso de recursos públicos. Em contrapartida, a ideia é que as instituições que ofereçam as vagas possam fazer ações promocionais relacionadas ao acordo.

O termo de cooperação técnica

que dá a partida ao programa tem a assinatura do presidente do CNJ e do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, e do presidente da FGV (Fundação Getúlio Vargas), Carlos Ivan Simonson Leal. A ideia é que também sejam incluídas pessoas com deficiência como beneficiários da bolsa. Caberá à FGV executar o programa de acordo com os critérios definidos pelo CNJ, organizar o processo de credenciamento dos cursos preparatórios e captar e gerir as doações privadas. A FGV foi escolhida pelo alcance que a instituição tem e pela possibilidade de garantir capilaridade ao projeto do CNJ. Além disso, a avaliação do conselho é de que descentralizar o programa entre muitas entidades dificulta o acompanhamento da cooperação técnica. Anualmente, a entidade apresentará ao CNJ um relatório de acompanhamento da execução e dos resultados do programa. As bolsas serão concedidas a beneficiários em direito autodeclarados negros e indígenas. Essa autodeclaração será

verificada por uma comissão de heteroidentificação — e indígenas também terão que apresentar uma declaração de pertencimento a algum povo ou entidade. A heteroidentificação é um processo no qual a identificação racial de alguém é feita por outras pessoas, e não apenas pela autodeclaração. Além disso, a comissão terá de analisar outros parâmetros para a identificação, como a relação de pertencimento da etnia a um território calculado em memória histórica ou linguística. O acordo que trata do programa, entre CNJ e FGV, tem vigência de cinco anos, e pode ser prorrogado pelo mesmo período. A expectativa é que já haja a disponibilização de bolsas de estudo para o curso intensivo do primeiro Exame Nacional de Magistratura. Esse exame foi anunciado em outubro do ano passado por Barroso. A prova é um pré-requisito para os candidatos prestarem concursos públicos para a magistratura. Como mostrou reportagem da Folha, desde a instituição de cotas em concursos para

juiz, em 2015, há nove anos, somente 2 em cada 5 vagas reservadas a pessoas negras foram preenchidas nos Tribunais de Justiça dos estados — e nenhuma nos Tribunais Regionais Federais.

Embora, em regra, haja candidatos negros em número suficiente para preenchê-las, uma parcela considerável deles não consegue passar para as fases mais avançadas dos concursos.

De acordo com as estimativas mais recentes do CNJ e do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), apenas 15% dos magistrados e 12% dos membros do Ministério Público do país se declaram pretos e pardos.

Para minimizar o problema entre os juizes, o CNJ aprovou em agosto do ano passado uma resolução que veda o estabelecimento de qualquer cláusula de barreira para candidatos cotistas na prova objetiva da carreira, bastando a nota mínima seis para que esses candidatos sejam admitidos nas fases subsequentes.

Uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) detectou uma série de barreiras que os candidatos às cotas enfrentam, e que muito provavelmente se repetem entre aqueles que postulam o cargo de promotor ou procurador.

O estudo mostrou que o custo médio de preparação entre os aprovados para atuar na Justiça trabalhista era de R\$ 36 mil.

O valor englobava cursos preparatórios, materiais de estudo, simulados, computadores, profissionais de apoio à preparação e de saúde, suplementos e medicamentos, vestimentas e passagens, hospedagens e alimentação, além do deslocamento para as provas.



DINO SAI DO SENADO PARA ASSUMIR VAGA NO STF Indicado ao STF (Supremo Tribunal Federal) por Lula, Flávio Dino fez seu último discurso como senador nesta terça (20), ele passa a ser ministro do Supremo na quinta (22), quando deixa a política e volta à magistratura. *Foto: Leticia/Folhapress*

CONHECIMENTO E HISTÓRIA EM DOIS LIVROS ESSENCIAIS

Uma imersão completa na herança jornalística da **Folha** em dois volumes **imperdíveis**.

Desenvolvido por uma equipe especializada, o "Manual da Redação" abrange os principais conteúdos sobre as boas práticas da escrita e normas da língua portuguesa de forma detalhada, para evitar os erros mais comuns no cotidiano. Referência essencial para profissionais de todas as áreas que precisam apresentar textos claros e bem redigidos.

Disponível também na versão digital!

Compre já o Manual:



manualdaredacao.folha.com.br



APROVEITE FRETE GRÁTIS*

A mais nova edição do livro "Primeira Página" reúne as capas mais importantes da **Folha** nos últimos 100 anos e convida o leitor a viajar no tempo por meio das manchetes e entender o momento presente. Tudo para você deixar registrado os acontecimentos mais marcantes da história em um só material.

Adquira já o Primeira Página:



primeirapagina.folha.com.br

FOLHA
SÉculo 21

*Frete grátis para os estados de SP, RJ, MG e PR.